MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO REALIZADO POR MEIO DA INTERNET
TIPO: Menor Preço Por Lote
PROCESSO Nº 10654/2026
OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência constante no Anexo I deste Edital.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF.
ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

A PARTICIPAÇÃO NESTE PREGÃO É PERMITIDA EXCLUSIVAMENTE A MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS - EXCETO PARA OS LOTES 01 E 04 QUE SERÃO DE PARTICIPAÇÃO AMPLA.

- **INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** às 08:00 horas do dia 29/07/2026.
- **RECEBIMENTO DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO ATÉ:** às 23:59 horas do dia 07/08/2026.
- **RECEBIMENTO DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO ATÉ:** às 23:59 horas do dia 07/08/2026.
- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:** às 08:00 horas do dia 12/08/2026.
- **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 08:01 horas do dia 12/08/2026.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026 - Wcompras ID Nº 499236
ID (CIDADES): 2026.001E0700001.01.0020

PREÂMBULO: O **MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO/ES**, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.562/0001-41, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO,** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE, ABERTO E FECHADO,** para contratação do objeto especificado nos Anexos I e I-A deste Edital de Licitação.

O presente certame será regido pela Lei Federal Nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 585/2023 e Decreto Municipal nº 584/2023, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Agente da Contratação/Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à Autoridade competente (autoridade superior) e propor a adjudicação/homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente na página www.afonsoclaudio.es.gov.br, link Licitações e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

1- DO OBJETO:

1.1 - Registro de preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência constante no Anexo I e Anexo I-A deste Edital.

1.1.1 A licitação é dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência - Anexos I e I-A, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse. (não se aplica-lote único)

2 - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - O valor total máximo admitido está descrito no Anexo I-A do Edital de Licitação (Especificação do Objeto/Valor Máximo Admitido).

2.1.1 - A oferta de preços acima dos parâmetros estabelecidos no item anterior, após a fase de disputa, importará na desclassificação automática da licitante.

2.1.2 - O preço deverá ser ofertado/cotado em algarismos, com até duas casas decimais após a vírgula, expressos em moeda corrente nacional (R$ - Real).

2.2 - As despesas inerentes a este Pregão correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

3 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

3.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

3.2 - A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverão ser feitos exclusivamente por forma eletrônica no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.3 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no www.portaldecompraspublicas.com.br (plataforma utilizada para processar o certame), no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
3.4 - Acolhida a impugnação, será definida oportunamente e publicada nova data para a realização do certame.
3.5 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.
3.6 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
3.7 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
3.8 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
3.9 - A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

4 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA PROVEDOR:

4.1 - O Pregão é o nível básico do registro cadastral no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br que permite a participação dos interessados na modalidade Licitatória Pregão, em sua Forma Eletrônica.
4.1.1 - O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.
4.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.
4.3 - O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
4.4 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras Públicas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5 - A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

5.1 - Poderão participar da licitação apenas as empresas interessadas qualificadas, na forma da Lei Complementar Nº 123/2006, como microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, assim caracterizadas nos termos do art. 3º da respectiva Lei Complementar, pertencentes os ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br. Exceto quanto aos lotes: 01 e 04, que serão de participação ampla e poderá participar todos os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

5.1.2 - Todos os interessados, para participação, devem ser previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.2 - A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

5.2.1 - A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

5.3 - Não poderão participar de quaisquer fases do certame, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

5.3.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

5.3.2 - Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Municipal, em face da hipótese prevista no inciso III do Art. 156, da Lei nº 14.133/2021;

5.3.3 - Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo, conforme inciso IV do Art. 156, da Lei nº 14.133/2021;

5.3.4 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.5 - Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

5.3.6 - Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação

5.3.7 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário.

5.3.8 - Estejam constituídas sob a forma de consórcio.

6 - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

6.1 - Após a publicação do Edital, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por

meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2 - No cadastramento da proposta inicial, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

6.2.1 - Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos.

6.2.2 - Que sua proposta econômica compreendem a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados em normas.

6.2.3 - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.2.4 - Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme § 2º, do Art. 4º da Lei n° 14.133/21; (aplicável às empresas enquadradas na LC n° 123/06 e que desejarem utilizar os benefícios ali prescritos)

6.2.4.1 - Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

6.2.4.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

6.2.5 - Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

6.2.6 - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

6.2.7 - Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

6.3 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6.4 - Até a data limite para o envio/recebimento das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.5 - A licitante deverá enviar sua proposta comercial preliminar, no idioma oficial do Brasil, mediante preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.5.1 - Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.5.2 - Marca; e quando for o caso e aplicável ao objeto: modelo e fabricante;

6.5.2.1 - Se a marca identificar a empresa, colocar "MARCA PRÓPRIA.

6.5.3 - Descrição detalhada do objeto ofertado, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.6 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta registrada vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

6.7 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços/objetos.

6.8 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.9 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Anexo I-A do Edital de Licitação, bem como nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas (quando os lotes forem formados por itens duplicados os valores unitários não podem ser divergentes).

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FOMULAÇÃO DE LANCES:

7.1 - A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 - Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.3.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.2 - A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo.

7.4 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.7 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.8 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.9 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.10 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.11 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.12 - Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.

7.13 - Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de aberto e fechado, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

7.13.1 - No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

7.13.2 - Encerrado o prazo de 15 (quinze) minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.13.3 - Encerrado o prazo aleatório, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10 (dez) por centos superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.4 - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.13.5 - Encerrados os prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.14 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

7.14.1 - Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, após decorrido no mínimo o prazo de 12 (doze) horas da comunicação do fato aos participantes, no chat da plataforma utilizada para processar o certame e no sítio eletrônico oficial do município (aba licitações), quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

7.15 - Considerando a quantidade de lotes, se a fase de lances não puder ser processada e concluída no horário de expediente do órgão, a sessão será interrompida, e o prosseguimento da sessão será informada, via chat, mensagens às licitantes informando a data e o horário previstos para o prosseguimento das ofertas de lances, qual poderá ocorrer no dia útil seguinte.
7.16 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
7.17 - Após etapa de envio de lances, haverá aplicação dos critérios de desempate, previstos no item 8 deste edital.
7.18 - Após o encerramento da fase de envio de lances, será aberto negociação, com o licitante que tenha ofertado melhor preço para que seja obtida melhor proposta, vedada negociação em condições diferentes previstas neste edital.
7.18.1 - Caso o primeiro colocado, ofertar valor superior ao máximo estabelecido no edital, e durante a negociação não reduzir o valor, poderá ser desclassificado de imediato e convocado os licitantes remanescentes para negociação.
7.18.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
7.19 - Encerrada a negociação, o Pregoeiro convocará o licitante arrematante, para que no prazo estabelecido no item 9 do edital envie os documentos exigidos nesse edital.

8 - DO EMPATE:

8.1 - Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:
8.1.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no Item 8.1**,** será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
8.1.2 - Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame na forma do Item 9 e seguintes;
8.1.3 - Não apresentada proposta na condição cima referida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.1.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
8.1.5 - A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
8.1.6 - Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será dado prosseguimento ao certame na forma do Item 9 e seguintes da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance.
8.1.7 - O disposto nos subitens 8.1.1 a 8.1.6, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
8.1.8 - A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.
8.2 - Se o pregoeiro observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, mas não se enquadram como MEs / EPPs, adotará os critérios estabelecidos no art. 60 da Lei n° 14.133/21:
8.2.1 -Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
8.2.2 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
8.2.3 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
8.2.4 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
8.2.5 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
8.2.5.1 - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
8.2.5.2 - Empresas brasileiras;
8.2.5.3 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
8.2.5.4 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
8.2.5.5 - Na hipótese de persistir o empate após a aplicação dos critérios previstos no item 8.2.1 a 8.2, a proposta vencedora será sorteada pela Administração.

9 - DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS (PROPOSTA COMERCIAL READEQUADA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO).

9.1 - Após a sessão pública de disputa, findo prazo de negociação, o Pregoeiro convocará o vencedor do certame, para que no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie em campo próprio do

sistema a proposta readequada ao último lance ofertado e os documentos exigidos para habilitação.

9.2 - As propostas deverão ser encaminhadas em conformidade com item 10, e os documentos de habilitação conforme o item 11.

9.3 - Todos os documentos exigidos, deverão ser encaminhados em formato digital, preferencialmente em arquivo no formato ZIP, exclusivamente em campo próprio do sistema.

9.4 - Não serão aceitos documentos enviados por meio diverso que o sistema provedor.

9.5 - Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles já apresentados, o licitante será convocado no mesmo prazo estabelecido no item 9.1.

9.6 - Poderá ser prorrogado o prazo estabelecido, por solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo ou de oficio, a critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.

9.7 - Será responsabilidade dos licitantes acompanhar os atos praticados dentro do sistema eletrônico.

9.8 - Somente exigirá documentos em formato original ou cópias autenticadas, quando houver dúvidas ou havendo necessidade de realização de diligências, em que será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para encaminhamento dos mesmos.

9.8.1 - Quando solicitados os documentos em consonância ao item 9.8, será considerado atendido o prazo de entrega na data da postagem, desde que a licitante utilize a ferramenta Sedex com respectivo envio do código de rastreamento. Caso o licitante opte por outro meio de entrega dos documentos em questão, será considerado atendido o prazo na data do efetivo recebimento.

9.9 - O Pregoeiro/Agente de Contratação/Equipe de Apoio, poderão diligenciar os documentos apresentados para verificação da veracidade/autenticidades dos mesmos.

9.10 - A confirmação da veracidade das certidões emitidas pela internet apresentadas pela licitante, será feita pelo Pregoeiro e/ou Membros da Equipe de Apoio, através dos respectivos sites.

9.11 - Será desclassificado, ou conforme o caso inabilitado, o licitante, que não atenda dentro do prazo estabelecido, as convocações realizadas.

9.12 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.12.1 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço em relação ao máximo estipulado.

10.2 - O Pregoeiro convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado (Modelo Anexo III do Edital de Licitação).

10.2.2 - A proposta deve conter:

a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);

b) O preço unitário e total para cada item (ou lote) ofertado, bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

c) A descrição mínima do objeto de forma a demonstrar que o mesmo atende às especificações e exigências contidas no Termo de Referência - Anexo I e Anexo I-A deste Edital;

d) Marca; e se for o caso: modelo, tipo, fabricante e procedência.

e) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

f) Declaração de que tem pleno conhecimento do local e de todas as informações para execução do objeto;

g) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento**.**

10.3 - Será desclassificada a proposta que:

10.3.1 - contiver vício insanável;

10.3.2 - que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital; ou

10.3.3 - apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório;

10.3.3.1 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

10.3.3.2 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.4 - A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no 10.3.3.1.

10.5 - Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

10.6 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser submetida à análise do Setor Requisitante, para verificação se a proposta apresentada se encontra consoante a exigência do objeto licitado.

10.7 - O Pregoeiro em conjunto com a Equipe de Apoio poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas

no Termo de Referência - Anexo I ao Edital e Anexo I-A, salvo a juntada de documentos, para atender à exigência deste edital.

10.8 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.8.1 - Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente na ordem de classificação, serão observados os procedimentos previstos nos Itens 8 e 9.

10.9 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.11 - DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:

10.11.1 - Caso a compatibilidade dos objetos ofertados com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente AMOSTRA, para análise do objeto, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) dias úteis contados da convocação no chat da plataforma.

10.11.1 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário para realização do procedimento de avaliação das amostras, cuja presença é facultada aos interessados.

10.11.2 - No caso de não entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostras fora das especificações prevista no Edital e seus anexos, a proposta do licitante será recursada.

10.11.3 -Será rejeitada a amostra que não corresponder a marca ofertada (ofertada na proposta), não atender as especificações mínimas do edital, apresentar histórico de ocorrências relativas a problemas de qualidade devidamente comprovadas em processos anteriores, no âmbito desta Administração Municipal.

10.11.3 - Se a amostra apresentada pelo primeiro colocado não for aceita, o pregoeira analisará a oferta do segundo colocado, e seguirá com a verificação das amostras, assim, sucessivamente.

10.11.4 - Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.11.5 - Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso

10.11.6 - Após a declaração de vencedores, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

11 - DA HABILITAÇÃO:

11.1 - Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação serão solicitados do fornecedor melhor classificado da fase de lances.

11.2 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro e equipe de apoio verificarão o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.2.1 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

11.2.2 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.2.3 - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

11.2.4 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força dos artigos 3º e 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.5 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

11.3 - Os documentos exigidos para a habilitação, deverão ser enviados a contar da solicitação do Pregoeiro, exclusivamente por meio de campo próprio do Sistema.

11.3.1 - As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública deste Pregão.

11.3.2 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema quando solicitado pelo pregoeiro, ficando sujeito às penalidades previstas neste Edital.

11.3.3 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.3.4 - Poderá ser aberto diligência, conforme inciso I e II do art. 64, da Lei nº 14.133/21, para Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e, atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.3.5 - Caso os documentos apresentados, ao longo do procedimento licitatório, expirem sua vigência, o Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio, poderá atualizá-los, caso encontrem-se disponíveis junto aos sítios eletrônicos emissores.

11.3.6 - As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública deste Pregão.
11.3.7 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
11.3.8 - Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.
11.3.9 - Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

11.4 - Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Habilitação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

11.4.1 - COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.4.1.1 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
11.4.1.2 - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
11.4.1.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
11.4.1.4 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
11.4.1.5 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
11.4.1.6 - No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
11.4.1.7 - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
11.4.1.2 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.4.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.4.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
11.4.2.2 - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
11.4.2.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
11.4.2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa).
11.4.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.
11.4.2.6- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
11.4.2.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.
11.4.2.8 - Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

11.4.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
11.4.3.1 - Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo Cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento. No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de disputa da licitação. Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância competente, que cerifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório/sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais Requisitos de habilitação constantes neste Edital.

11.2.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: Não se aplica.

11.4.5 - COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS (SE ASSIM ENQUADRAR A LICITANTE):
11.4.5.1 - A obtenção de benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
11.4.5.2 - As disposições a que se refere o subitem anterior não são aplicadas aos LOTES cujos valores estimados forem superiores à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

11.4.5.3 - Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual da contratação na aplicação do limite previsto no subitem anterior.

11.4.5.4 - O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a fim de comprovar as condições de obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá, preferencialmente, apresentar juntamente com os documentos de habilitação:

11.4.5.4.1 - Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, com data de emissão no ano previsto para apresentação das propostas ou certidão simplificada emitida pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso (com dados atualizados da empresa), para usufruir do direito de preferência previstos na Lei Complementar 123/2006.

11.4.5.4.2 - A Comprovação das licitantes para usufruírem dos benefícios da LC n° 123/2006, conforme disciplinado no item 11.4.5.4, não será considerado como documentos de habilitação, contudo, será considerado como condição comprobatória para usufruir do benefício, salvo, se por outros documentos anexado aos autos, puder ser auferido pela Comissão de Contratação essa condição.

11.4.5.4.3 - Caso a licitante não apresente documentação comprobatória da condição de ME/EPP, poderá ser auferido pela CPL, e ainda, a qualquer momento, poderá ser solicitado a apresentação de outros documentos comprobatórios de seu enquadramento.

11.5 - DA HABILITAÇÃO DAS MEs/EPPs:

11.5.1 - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, a licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição.

11.5.1.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração de vencedores, para comprovar a regularização.

11.5.1.2 - O prazo a que se refere subitem anterior, poderá, a critério da Administração Pública Municipal, ser prorrogado por igual período, quando requerida pela licitante mediante justificativa.

11.5.1.3 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

12 - DOS RECURSOS:

12.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
12.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
12.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
12.3.2 - O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
12.3.3 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
12.3.3.1 - No mínimo, com doze horas de antecedência, o Pregoeiro, deverá comunicar aos licitantes, por meio do ''chat'' do sistema no qual a licitação foi realizada, da data e hora em que declarará o vencedor do certame, momento qual será concedido prazo recursal, conforme previsto no item 12.2.
12.3.4 - Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
12.3.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
12.3.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
12.3.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso na plataforma utilizada para processar o certame, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
12.3.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
12.3.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
12.3.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
12.3.11 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

13 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

13.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:
13.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

15 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

15.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

16.1 - Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/21.

16.2 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante por meio eletrônico ou excepcionalmente por correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinada e devolvida no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item 16.1, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

16.4 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16.7 - Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes do cadastro de reserva, caso haja, ou dos licitantes remanescentes na ordem de classificação que mantiverem sua proposta, para fazê-lo em igual prazo.

17 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

17.1 - Após declaração de vencedores, findo prazo recursal, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação;

17.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata, caso não haja cadastro de reserva, poderão ser convocados os licitantes que mantiverem sua proposta original;

17.2.2 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17.3 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva, ou demais licitantes remanescentes que mantiverem sua proposta, será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

17.3.1 - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

17.3.2 - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos termos previstos no Decreto n° 584/2024.

17.4 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

17.4.1 - convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

17.4.2 - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS:

18.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, prorrogável, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, contados do dia posterior à data de sua publicação no veículo de imprensa oficial do Município, conforme Artigo 84 da Lei nº. 14.133/2021.

18.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento/assinatura da Ordem de Fornecimento/Contrato e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos, ou conforme estabelecido no próprio instrumento.

19 - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

19.1 - O Município de Afonso Cláudio/ES, através do Setor de Compras da Prefeitura Municipal será o responsável pelo gerenciamento, orientações e controle do presente sistema de registro de preços.

19.1.1 - Participam, deste certame os seguintes órgãos/unidades da Administração Pública Municipal:

a) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

b) Secretaria Municipal de Administração;

c) Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico;

d) Secretaria Municipal de Finanças; e

e) Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

19.2 - Fica facultada a adesão de outros órgãos interessados ao presente sistema de registro de preços, durante a sua vigência, desde que autorizado pelo órgão gerenciador e mediante aceitação de fornecimento pelo licitante beneficiário da Ata de Registro de Preços, tudo em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 30 do Decreto Municipal Nº 584/2023.

20 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

20.1 - A estimativa de consumo máximo obedecerá ao disposto no Anexo I-A do Edital de Licitação.

20.2 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 14.133/21, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

20.3 - A quantidade mínima prevista para ser adquirida pela municipalidade, será conforme tabela anexa constante no termo de referência (anexo II).

21 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1 - Comete infração administrativa o fornecedor/prestador de serviço que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

21.1.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3 - Dar causa à inexecução total do contrato;

21.1.4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
21.1.8 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
21.1.9 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
21.1.10 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
21.1.10.1 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do procedimento de contratação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
21.1.11 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
21.1.12 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
21.2 - O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:
21.2.1 - advertência;
21.2.2 - multa;
21.2.3 - impedimento de licitar e contratar;
21.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
21.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
21.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;
21.3.2 - as peculiaridades do caso concreto;
21.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
21.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
21.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
21.4 - As penalidades a serem aplicadas durante a execução contratual/ata, serão aquelas previstas na minuta da ata de registro de preço/contrato.
21.5 - As penalidades a serem aplicadas nas infrações que forem praticadas durante o procedimento licitatório, se darão da seguinte forma:
21.5.1 - Multa de 0,5% a 30 %, sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante.
21.5.2 - Impedimento de licitar e contratar; nas hipóteses dos itens n° 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
18.5.3 - Declaração de inidoneidade: nas hipóteses dos itens n° 21.1.8, 21.1.9, 21.1.10, 21.1.11, 21.1.12, bem como nas hipóteses dos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a penalidade de impedimento d elicitar e contratar, pelo período de no mínimo 03 (três) anos e no máximo 06 (seis) anos.
21.5.4 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,

descrita no item 21.1.6, caracterizara descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e a imediata perda da garantia da proposta, caso haja, em favor do órgão promotor da licitação.

21.6 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando os procedimentos previstos no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021.

21.7 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os procedimentos previstos no Art. 163 da Lei n° 14.133/2021.

22 - DA SUBCONTRATAÇÃO:

22.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

23 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

23.1 - A apresentação da proposta implica na aceitação plena das condições estabelecidas neste instrumento. O valor total máximo admitido para cada lote está definido na Planilha que companha o Termo de Referência (anexo I-A).

23.2 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.3 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.4 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.5 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme disposto na Lei n° 14.133/21.

23.6 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.7 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.8 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.9 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.10 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados via correio eletrônico, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando oportunamente no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

23.11 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.12 - O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.12.1 - A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.13 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.14 - O Município de Afonso Cláudio/ES, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.15 - É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, obedecendo os limites do inciso I e II do art. 64, da Lei nº 14.133/21.

23.16 - Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **www.portaldecompraspublicas.com.br,** e também e no *site* oficial do município - www.afonsoclaudio.es.gov.br, link Licitações.

23.17 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.17.1 - Anexo I - Termo de Referência; (anexo I-A – valores de referência)

23.17.2 - Anexo II - Modelo de Proposta Comercial;

23.17.3 - Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preço

23.18 - Fica eleito o Foro da Comarca de Afonso Cláudio/ES para dirimir quaisquer divergências contratuais por mais privilegiados que os outros sejam.

Afonso Cláudio/ES, 28 de julho de 2026.

ADRIELLI MOREIRA BARCELLOS:13377618775

Assinado de forma digital por ADRIELLI MOREIRA BARCELLOS:13377618775
Dados: 2026.07.28 08:58:11 -03'00'

Adrielli Moreira Barcellos

Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

(ANEXO PDF)

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2026

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
À PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO/ES.

Prezados Senhores,

1 - Compõem nossa Proposta:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, conforme segue:

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:		**CIDADE:**				
CEP:		**E-MAIL:**				
TELEFONE:		**FAX:**				
CONTATO DA LICITANTE:		**TELEFONE:**				
BANCO DA LICITANTE:		**CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:**				
Nº DA AGÊNCIA:						
LOTE	**DESCRIÇÃO DO OBJETO**	**MARCA**	**QUANT**	**UNID**	**VALOR UNITÁRIO R$**	**VALOR TOTAL R$**
1			----------|			
(...)						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: _____ - DECLARA QUE:

1 - Estão inclusos no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

2 - Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

3 - Prazo de início de fornecimento de acordo com o estabelecido no Termo de Referência - Anexo I do Edital desse processo.

4 - Tem ciência de que o objeto será avaliado, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a descrição mínima contida no do Termo de Referência ou seja de má qualidade.

Atenciosamente,
Identificação da empresa
Assinatura

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº ____/_____
MODALIDADE: ___/2026
PROCESSO Nº ___
ID CIDADES CONTRATAÇÕES: _____

PREÂMBULO: Pelo presente instrumento, o _____, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o _____, com sede à _____, **neste ato representado** _____ portador do CPF nº ___.___.___/__ e RG nº ___.___-ES, residente e domiciliado à_____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de _____, **PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob o Nº __/_____, RESOLVE** registrar os preços ofertados pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____(endereço completo)_____, **neste ato representado pelo** _____(condição jurídica do representante) Sr. _____ (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, documentos pessoais) _____, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, regida pela Lei Federal Nº 14.133/21 e pelo Decreto Municipal Nº 584/2023, conforme disposições a seguir.

1- DO OBJETO:

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes, destinados aos servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Administração, Agricultura e Desenvolvimento Econômico, Finanças e Meio Ambiente, conforme especificações e quantidades detalhadas no anexo I desta ata.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

a) Anexo I - Especificação dos Preços;

b) Edital, Termo de Referência e todos os seus Anexos;

c) Proposta Comercial da Contratada.

2 - DO PREÇO:

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida desde que devidamente justificada.

3 - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

3.1 - Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços.

3.1 - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

3.3 - Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.4 - Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do 3.3, o gerenciador poderá convocar os fornecedores do cadastro de reserva observado caso haja, ou, conforme o caso, os fornecedores remanescentes que aceitarem manter sua proposta original, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

3.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6 - No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor solicitar revisão dos preços ou cancelamento da ata, o órgão gerenciador poderá:

3.6.1 - Decidir pela liberação do fornecedor, procedendo o cancelamento da ata, sem aplicação de penalidade, no caso de inequívoca configuração da hipótese prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, devidamente comprovada e aceita pela Administração, e se a solicitação do fornecedor ocorrer antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço.

3.6.2 - Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, bem como na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

3.7 - Os preços serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, a partir de quando poderá ser concedido reajuste, a contar da data do orçamento da PMAC, com base no índice IGP-M ou outro índice que vier a ser substituído, desde que devidamente comprovado e aceito pela Administração.

4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 - O registro do fornecedor poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:
4.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
4.1.2 - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
4.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado nas hipóteses previstas no 3.6.2;
4.1.4 - Quando o detentor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a administração municipal;
4.1.5 - Quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública;
4.1.6 - Nas hipóteses previstas no item 4.1.4 e 4.1.5, o órgão poderá mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preço, desde que demonstrado o interesse público envolvido, sendo vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
4.2 - Os cancelamentos de registros previstos no item 4.1, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
4.3 - Poderá haver o cancelamento dos preços registrados total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:
4.3.1 - Por razão de interesse público;
4.3.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.
4.3.3 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a administração.
4.3.4 - Não aceitar manter seu preço registrado, desde que devidamente demonstrado que o preço de marcado é superior, conforme item 3.6.1.
4.3.5 - Não aceitar reduzir seu preço registrado quando preço de mercado se torna inferior, nos termos do item 3.3.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1 - Após o recebimento do objeto, recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 20 (vinte dias) para fins de liquidação, na forma desta seção.
5.2 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o objeto; o número do processo que originou a contratação; número do contrato; número da Autorização de Fornecimento; e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.
5.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.4 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.5 - À situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
5.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
5.7 - O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
5.8 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, ou excepcionalmente por cheque administrativo.
5.9 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
5.10 - Decorrido o prazo indicado no item anterior (item 5.7), desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF\ x\ \frac{6}{100}\ x\ \frac{ND}{360}$$

Onde:
VM = Valor da Multa Financeira.
VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.
ND = Número de dias em atraso.
5.11 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.
5.12 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS:

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços, bem como os preços nela registrados terão vigência de 01 (um) ano, contados do dia posterior à data de sua publicação no veículo de imprensa oficial do Município, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço ser vantajoso.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento/assinatura da Ordem de Fornecimento/Contrato e como termo final o recebimento definitivo dos serviços pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I e I-A do Edital de Licitação, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos, caso haja.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO:

8.1 - A emissão/assinatura da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores.

8.2 - Quando houver necessidade do serviço/objeto, a empresa será convocada para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 01 (um) dia útil.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/21, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a assinar o contrato ou receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, conforme regulamento.

9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:

9.1 - A entrega dos objetos pelo Fornecedor deverá ocorrer, obrigatoriamente, no **prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos**, a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pelo órgão gerenciador/participante da Ata.

9.1.1 - O local de entrega será na rua João Batista Araújo, nº 83, bairro Amâncio Pimenta - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Afonso Cláudio/Es, em dias úteis, no horário de 07h00min às 16h00min.

9.1.2 - O transporte, a descarga do objeto e toda a logística de entrega e descarregamento são de inteira responsabilidade do Fornecedor.

9.1.3 - Os objetos devem estar devidamente acondicionados de forma correta, identificados por item e tamanho, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricação, modelo, procedência e prazo de garantia/validade, se for o caso.

9.2 - A Administração designará servidor ou comissão designada, com fulcro no art. 140, da Lei nº 14.133/21, para recebimento do objeto que se dará da seguinte forma:

9.2.1 - **Provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega do objeto, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

9.2.2 - **Definitivamente**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar a contar da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.3 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato/ordem de serviço/autorização de fornecimento.

9.4 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

9.5 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a Contratada será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até **25 (vinte e cinco) dias úteis**, ou no prazo remanescente para a entrega, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo, sem prejuízo das sanções cabíveis que vierem a ser aplicadas.

9.6 - A Contratada poderá solicitar a prorrogação dos prazos previstos nos itens 9.1. e 9.5, até 03 (três) dias úteis anterior ao término dos referidos prazos, desde que justifique, comprove suas alegações e apresente nova data para o cumprimento do objeto contratado, suspendendo-se o decurso do prazo até a data do recebimento da comunicação oficial à Contratada acerca da decisão da Contratante.

9.7 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 - DO PRAZO DE VALIDADE/GARANTIA DO PRODUTO: NÃO SE APLICA

11- DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

11.1 - Compete a Contratada:

11.1.1 - Fornecer os objetos de acordo com as especificações e obrigações constantes no Edital e Termo de Referência (anexo I do Edital), independentemente de transcrição, bem como em obediência as regras deste instrumento.

11.1.2 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade (quando for o caso)*;*

11.1.3 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
11.1.4 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
11.1.5 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo disposto no **item nº 9**, que antecede a data da entrega do objeto/serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
11.1.6 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma nem mesmo parcialmente, as obrigações da contratação sem prévia e expressa anuência da Contratante;
11.1.7 - Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, embalagem, descarga taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, transporte, custos, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
11.1.8 - Manter, durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe a Lei 14.133/21.
11.1.9 - Responsabilizar-se, exclusivamente, por eventuais danos ou prejuízos que venha a sofrer seu quadro funcional ou coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência do transporte e entrega do material, objeto deste contrato, correndo às suas expensas, sem responsabilidades ou ônus ao Município, os ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam motivar.
11.1.10 - Atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência do Contrato/Ata de Registro de preços no limite do quantitativo registrado.
11.1.11 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente à Administração Municipal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
11.1.12 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

11.2 - Compete a Contratante:
11.2.1 - Emitir Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento.
11.2.2 - Atestar as faturas, comprovando a execução/entrega dos serviços/produtos.
11.2.3 - Efetuar o pagamento de acordo com o preço acordado e termos contidos no instrumento do ajuste.

11.2.4 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
11.2.5 - Designar servidor ou comissão, para o acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto.
11.2.6 - Promover o acompanhamento e fiscalização do fornecimento do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas nele detectadas.
11.2.7 - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada.
11.2.8 - Notificar previamente a Contratada/Fornecedora na identificação de irregularidades.
11.2.9 - A contratante deverá notificar a contratada sobre falhas e defeitos observados na execução, bem como possíveis irregularidades que venham a ser observadas, ficando assegurado ao contratante o direito de ordenar a suspensão dos serviços.
11.2.10 - A contratante deverá prestar esclarecimentos necessários, atinentes ao objeto desta contratação, que venham a ser solicitados pela contratada.
11.2.11 - A contratante deverá assegurar-se de que os preços apresentados na nota fiscal são os mesmos contratados e ofertados pela contratada.
11.2.12 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1 - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas no art. 155 da Lei n° 14.133/21, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
21.1.1 - **Advertência**, nos casos de inexecução parcial que não acarretem prejuízos significativos para a Administração.
12.1.2 - **Multas,** poderão ser aplicadas nas seguintes situações e percentuais:
12.1.2.1 - **Multa de mora**: Por ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto, contemplado na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, sem motivo justificado, no percentual de 0,2 % (dois décimos por cento) ao dia, sobre o valor da parcela descumprida.
12.1.2.2 - **Multa compensatória:** No percentual de 0,5 % a 30%, da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço/contrato. Nas seguintes hipóteses:
12.1.2.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
12.1.2.3 - dar causa à inexecução total do contrato;
12.1.2.4 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
12.1.2.5 - apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
12.1.2.6 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.2.7 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
12.1.3 - **Impedimento de licitar e contratar** com o Município de Afonso Cláudio, pelo prazo máximo de 03 (três) anos nas seguintes situações:
12.1.3.1 - Por ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto, contemplado na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, sem motivo justificado, superior a 20 (vinte) dias, sem motivo justificado;
12.1.3.2 - Dar causa à inexecução parcial ou em desconformidade da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviços/Contrato, que cause grave prejuízo a Administração, aos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
12.1.3.3 - Dar causa à inexecução total da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviços/Contrato, que cause grave prejuízo a Administração, aos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
12.1.3.4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
12.1.3.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
12.1.3.6 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
12.1.4 - **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três anos) e máximo de 06 (seis anos), nas seguintes situações:
12.1.4.1 - Apresentar declaração ou documento falso, ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
12.1.4.2 - Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
12.1.4.3 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
12.1.4.4 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
12.1.4.5 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
12.1.5 - As Sanções de multa poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de impedimento de licitar ou contratar e declaração de inidoneidade.
12.1.6 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada casa haja ou será cobrada judicialmente.
12.1.7 - A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
12.1.8 - A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados que porventura vier a causar à Administração Pública.
12.1.9 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando os procedimentos previstos no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 da Lei n° 14.133/2021.
12.1.10 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os procedimentos previstos no Art. 163 da Lei n° 14.133/2021.

13 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

13.1 - A execução do contrato/ata será acompanhada pela Administração Municipal, através de servidor formalmente designado, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições desta Ata, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

13.2 - No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do ajuste em todos os termos e condições.

13.3 - A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá a Contratada da responsabilidade de executar o serviço com toda cautela e conforme ajustado.

13.4 - Caberá à fiscalização exercer controle do cumprimento do instrumento contratual, em especial quanto à qualidade do objeto entregue, fazendo cumprir a lei e as disposições avençadas.

13.5 - Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento do instrumento contratual, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades sancionatórias.

13.6 - A fiscalização por parte da Administração Municipal não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da empresa contratada em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1 - No âmbito da Administração Pública Municipal Direta, as secretarias municipais, na qualidade de Órgãos Não Participantes Internos, poderão utilizar, mediante remanejamento, os quantitativos inicialmente registrados pelo Órgão Gerenciador, desde que haja disponibilidade de saldo e autorização do Órgão Participante.

14.2 - Fica facultada a adesão de outros órgãos interessados ao presente sistema de registro de preços, durante a sua vigência, desde que autorizado pelo órgão gerenciador e mediante aceitação de fornecimento pelo licitante beneficiário da Ata de Registro de Preços, tudo em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 30 do Decreto Municipal Nº 584/2023.

14.3 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

14.4 - As partes elegem o Foro da Comarca de Afonso Cláudio/ES, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Contratação, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Afonso Cláudio/ES, em ____ de _____ de 2026.

PREFEITO MUNICIPAL - AFONSO CLÁUDIO/ES
ORGÃO GERENCIADOR

NOME DA EMPRESA
FORNECEDOR

Anexo A

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

O presente Termo de Referência (TR) tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes, destinados aos servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Administração, Agricultura e Desenvolvimento Econômico, Finanças e Meio Ambiente contemplando peças adequadas às atividades desempenhadas, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTIDADE
1	1.	BONÉ ÁRABE CONFECCIONADO EM BRIM, SEM FECHAMENTO EM VELCRO, COM AJUSTE AO USUÁRIO, COM PINTURA OU SILK CONTENDO OS DIZERES “PMAC” E O BRASÃO DO MUNICÍPIO. DEVERÁ PROTEGER CONTRA RAIOS SOLARES E SER NA COR LARANJA VIBRANTE.	UNIDADE	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	520
	2.	CAMISA MASCULINA CONFECCIONADA EM MALHA PV, NA COR LARANJA VIBRANTE, MODELO GOLA NORMAL, MANGA CURTA COM BAINHA. POSSUI FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM), APLICADA NAS BORDAS DAS MANGAS E AO REDOR DA CINTURA. APRESENTA 01 (UM) BOLSO CHAPADO NA PARTE FRONTAL. CONTA COM ABERTURA EM FAIXA NA PARTE TRASEIRA, PROPORCIONANDO MAIOR VENTILAÇÃO E CONFORTO TÉRMICO. POSSUI SILK NO BOLSO SUPERIOR, CENTRALIZADO, CONTENDO O BRASÃO MUNICIPAL E A INSCRIÇÃO	UNIDADE	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	520

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

		"PMAC". NAS COSTAS, SILK SUPERIOR CENTRALIZADO COM A INSCRIÇÃO "SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS". DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG, XG E EXG.			
	3.	CALÇA CONFECCIONADA EM TECIDO BRIM, NA COR LARANJA VIBRANTE, COM ELÁSTICO NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, FECHO FRONTAL EM ZÍPER E BOTÃO. POSSUI DOIS BOLSOS NA PARTE FRONTAL E DOIS BOLSOS NA PARTE TRASEIRA. APRESENTA FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM), APLICADAS NA ALTURA DA MEIA CANELA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52 E 54.	UNIDADE	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	520
2	4.	CAMISA GOLA NORMAL EM MALHA PV, ANTI PILLING, NA COR CINZA CLARO, COM BOLSO NO LADO ESQUERDO CONTENDO BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E A INSCRIÇÃO "PMAC - PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO". NAS COSTAS, SILK SUPERIOR CENTRALIZADO COM A INSCRIÇÃO "SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS" E, ABAIXO, "VIGIA". DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG E G1.	UNIDADE	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	25
	5.	CAMISA GOLA NORMAL EM MALHA PV, ANTI PILLING, NA COR CINZA CLARO, COM BOLSO NO LADO ESQUERDO CONTENDO BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E A INSCRIÇÃO "PMAC - PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO". NAS COSTAS, SILK SUPERIOR CENTRALIZADO COM	UNIDADE	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	60

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

		A INSCRIÇÃO "SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS". DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG E G1.			
3	6.	JALECO EM BRIM MASCULINO, NA COR AZUL-MARINHO, MODELO COM GOLA, ABERTURA FRONTAL COM ABOTOAMENTO EXTERNO, MANGA CURTA COM BAINHA. POSSUI FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM) NAS BORDAS DAS MANGAS E AO REDOR DA CINTURA. APRESENTA 01 (UM) BOLSO CHAPADO NA FRENTE. CONTA COM ABERTURA EM FAIXA NA PARTE TRASEIRA. POSSUI SILK NO BOLSO SUPERIOR, CENTRALIZADO, CONTENDO O BRASÃO MUNICIPAL E A INSCRIÇÃO "PMAC". NAS COSTAS, SILK SUPERIOR CENTRALIZADO COM A INSCRIÇÃO "SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS" E, LOGO ABAIXO, SILK COM A INSCRIÇÃO "MECÂNICO". DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG, XG E EXG.	UNIDADE	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	32
	7.	CAMISA MASCULINA CONFECCIONADA EM MALHA PV, NA COR AZUL-MARINHO, MODELO GOLA NORMAL, MANGA CURTA COM BAINHA. POSSUI FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM), APLICADA NAS BORDAS DAS MANGAS E AO REDOR DA CINTURA. APRESENTA 01 (UM) BOLSO CHAPADO NA PARTE FRONTAL. CONTA COM ABERTURA EM FAIXA NA PARTE TRASEIRA, PROPORCIONANDO MAIOR VENTILAÇÃO E CONFORTO TÉRMICO. POSSUI SILK NO BOLSO SUPERIOR,	UNIDADE	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	32

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

		CENTRALIZADO, CONTENDO O BRASÃO MUNICIPAL E A INSCRIÇÃO "PMAC". NAS COSTAS, SILK SUPERIOR CENTRALIZADO COM A INSCRIÇÃO "SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS". DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG, XG E EXG.			
	8.	CALÇA CONFECCIONADA EM TECIDO BRIM, NA COR AZUL-MARINHO, COM ELÁSTICO NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, FECHO FRONTAL EM ZÍPER E BOTÃO. POSSUI DOIS BOLSOS NA PARTE FRONTAL E DOIS BOLSOS NA PARTE TRASEIRA. APRESENTA FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM), APLICADAS NA ALTURA DA MEIA CANELA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52 E 54.	UNIDADE	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	520
4	9.	CAMISA MASCULINA CONFECCIONADA EM MALHA PV, NA COR AZUL-ROYAL, MODELO GOLA NORMAL, MANGA CURTA COM BAINHA. POSSUI FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM), APLICADA NAS BORDAS DAS MANGAS E AO REDOR DA CINTURA. APRESENTA 01 (UM) BOLSO CHAPADO NA PARTE FRONTAL. CONTA COM ABERTURA EM FAIXA NA PARTE TRASEIRA, PROPORCIONANDO MAIOR VENTILAÇÃO E CONFORTO TÉRMICO. POSSUI SILK NO BOLSO SUPERIOR, CENTRALIZADO, CONTENDO O BRASÃO MUNICIPAL E A INSCRIÇÃO "PMAC". NAS COSTAS, SILK SUPERIOR CENTRALIZADO COM A INSCRIÇÃO "SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS". DISPONÍVEL	UNIDADE	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	520

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

		NOS TAMANHOS P, M, G, GG, XG E EXG.			
	10.	CALÇA CONFECCIONADA EM TECIDO BRIM, NA COR AZUL-ROYAL, COM ELÁSTICO NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, FECHO FRONTAL EM ZÍPER E BOTÃO. POSSUI DOIS BOLSOS NA PARTE FRONTAL E DOIS BOLSOS NA PARTE TRASEIRA. APRESENTA FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM), APLICADAS NA ALTURA DA MEIA CANELA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52 E 54.	UNIDADE	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	520
5	11.	CALÇA JEANS, LAVAGEM AMACIADA, NA COR JEANS ESCURO (PRETO), COM DOIS BOLSOS NA PARTE TRASEIRA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46 E 48.	UNIDADE	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	85
6	12.	CAMISA TIPO POLO, UNISSEX, CONFECCIONADA EM MALHA PIQUET PA (POLIÉSTER COM ALGODÃO), TIPO “PA MAX” OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, NA COR CINZA CLARO OU PRETO (A SER DEFINIDA PELA ADMINISTRAÇÃO NO MOMENTO DA SOLICITAÇÃO), GOLA TIPO POLO COM LISTRA VERMELHA, COLARINHO ESTRUTURADO E FECHAMENTO FRONTAL COM 2 (DOIS) OU 3 (TRÊS) BOTÕES, MANGAS CURTAS, COM BOLSO LOCALIZADO NO LADO ESQUERDO DO PEITO. NO BOLSO (LADO ESQUERDO), DEVERÁ CONTER BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E, LOGO ABAIXO, A INSCRIÇÃO EM CAIXA ALTA DE ACORDO COM A SECRETARIA DEMANDANTE. O	UNIDADE	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	340

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

		BORDADO DEVERÁ APRESENTAR ALTA DEFINIÇÃO, RESISTÊNCIA E ACABAMENTO PROFISSIONAL, SEM FALHAS OU DESALINHAMENTOS. TAMANHOS VARIADOS: PP, P, M, G, GG E EXG, CONFORME DEMANDA.			
	13.	CAMISA TIPO POLO, UNISSEX , CONFECCIONADA EM MALHA PIQUET PA (POLIÉSTER COM ALGODÃO), TIPO "PA MAX" OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, NA COR PRETA, GOLA TIPO POLO COM LISTRA VERMELHA, COLARINHO ESTRUTURADO E FECHAMENTO FRONTAL COM 2 (DOIS) OU 3 (TRÊS) BOTÕES, MANGAS CURTAS, COM BOLSO LOCALIZADO NO LADO ESQUERDO DO PEITO. NO BOLSO (LADO ESQUERDO), DEVERÁ CONTER BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E, LOGO ABAIXO, A INSCRIÇÃO EM CAIXA ALTA DE ACORDOD COM A SECRETARIA DEMANDANTE. O BORDADO DEVERÁ APRESENTAR ALTA DEFINIÇÃO, RESISTÊNCIA E ACABAMENTO PROFISSIONAL, SEM FALHAS OU DESALINHAMENTOS. NAS COSTAS, DEVERÁ CONTER A INSCRIÇÃO DE ACORDO COM A SECRETARIA DEMANDANTE, EM SILK SCREEN DE ALTA RESISTÊNCIA, ADEQUADO PARA USO EM CONDIÇÕES SEVERAS. TAMANHOS VARIADOS: PP, P, M, G, GG E EXG, CONFORME DEMANDA.	UNIDADE	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	240
7	14.	CAMISA SOCIAL CLÁSSICA MASCULINA, CONFECCIONADA EM TECIDO TRICOLINE MISTO (MÍNIMO DE 60% ALGODÃO E 40% POLIÉSTER), NA COR CINZA CLARO, MODELO DE MANGA LONGA COM PUNHOS ABOTOADOS E CARCELA,	UNIDADE	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	265

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

		GOLA/COLARINHO MODELO CLÁSSICO ENTRETELADO PARA MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA RÍGIDA, COM PESPONTO FINO E FECHAMENTO POR BOTÕES. ABOTOAMENTO FRONTAL APARENTE, COM BOTÕES DE POLIAMIDA OU POLIÉSTER, RESISTENTES A ALTAS TEMPERATURAS, NA MESMA COR DO TECIDO. COSTAS COM PALA DUPLA E PREGA MACHO CENTRAL OU DUAS PREGAS LATERAIS, PROPORCIONANDO MAIOR MOBILIDADE DOS BRAÇOS. ACABAMENTO INTERNO COM COSTURAS EM MÁQUINA OVERLOQUE OU COSTURA FRANCESA/INGLESA, A FIM DE EVITAR DESFIAMENTO E GARANTIR CONFORTO. COM BOLSO LOCALIZADO NO LADO ESQUERDO DO PEITO. NO BOLSO (LADO ESQUERDO), DEVERÁ CONTER BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E, LOGO ABAIXO, A INSCRIÇÃO EM CAIXA ALTA DE ACORDO COM A SECRETARIA DEMANDANTE. O BORDADO DEVERÁ APRESENTAR ALTA DEFINIÇÃO, RESISTÊNCIA E ACABAMENTO PROFISSIONAL, SEM FALHAS OU DESALINHAMENTOS. NA MANGA ESQUERDA, DEVERÁ CONTER BORDADO DA BANDEIRA NACIONAL. TAMANHOS VARIADOS: PP, P, M, G, GG E EXG, CONFORME DEMANDA.			
	15.	BLUSA SOCIAL CLÁSSICA FEMININA, MODELO TIPO BABY LOOK OU SLIM, COM PENCES (PINÇAS) FRONTAIS E NAS COSTAS PARA AJUSTE ANATÔMICO NA REGIÃO DA CINTURA E DO BUSTO,	UNIDADE	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	335

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

		CONFECCIONADA EM TECIDO TRICOLINE MISTO (MÍNIMO DE 65% POLIÉSTER E 35% ALGODÃO), COM GRAMATURA ENTRE 105 G/M² E 120 G/M², NA COR CINZA CLARO. MANGA CURTA, COM COMPRIMENTO MÉDIO ATÉ A METADE DO BÍCEPS, COM ACABAMENTO EM BAINHA SIMPLES OU COM DETALHE DE VIRA (PUNHO FALSO) DE APROXIMADAMENTE 2 CM. GOLA/COLARINHO MODELO CLÁSSICO (ESPORTE), COM ENTRETELA LEVE PARA MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA SEM CAUSAR DESCONFORTO. ABOTOAMENTO FRONTAL COM BOTÕES DE POLIÉSTER, PEQUENOS, RESISTENTES E NA MESMA COR DO TECIDO, DISPOSTOS DE FORMA A EVITAR ABERTURAS ACIDENTAIS NA REGIÃO DO BUSTO. BARRA COM FENDAS LATERAIS DISCRETAS. COSTURAS COM FECHAMENTO LATERAL EM MÁQUINA BITOLA (DUAS AGULHAS) OU OVERLOQUE PONTO CADEIA. NO LADO ESQUERDO DO PEITO, DEVERÁ CONTER BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E, LOGO ABAIXO, A INSCRIÇÃO EM CAIXA ALTA DE ACORDO COM A SECRETARIA DEMANDANTE. O BORDADO DEVERÁ APRESENTAR ALTA DEFINIÇÃO, RESISTÊNCIA E ACABAMENTO PROFISSIONAL, SEM FALHAS OU DESALINHAMENTOS. TAMANHOS VARIADOS: PP, P, M E G, CONFORME DEMANDA.			

O objeto desta contratação **não se enquadra como sendo de bem de luxo**, conforme Decreto nº 44/2023.

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O prazo de contratação é de 12 meses contados a partir da data de assinatura do instrumento, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021

2. OBJETIVO:

Este Termo de Referência tem como objetivo a perfeita e completa identificação do objeto que se pretende, suas especificações, quantidades, condições de execução, etc., o que é pressuposto fundamental para a instauração da licitação, de modo a propiciar, tanto à Administração Pública quanto aos licitantes, o conhecimento pleno do objeto, de forma detalhada, precisa, suficiente e clara, sendo vedadas condições que frustrem a competitividade e não guardem relação com a finalidade almejada com a instauração do certame.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade da Administração Municipal em promover a aquisição de uniformes destinados aos servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Administração, Agricultura e Desenvolvimento Econômico, Finanças e Meio Ambiente do Município de Afonso Cláudio/ES, garantindo padronização, identificação funcional e melhores condições de trabalho no desempenho das atividades institucionais.

Os quantitativos solicitados têm por objetivo atender às demandas da municipalidade pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

As quantidades estimadas foram definidas com base em levantamento interno realizado pela Secretaria, considerando o número de servidores e a natureza das atividades desempenhadas, especialmente aquelas executadas em campo e sujeitas a maior desgaste das vestimentas, como as realizadas por braçais, mecânicos,

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

motoristas e operadores de máquinas. Tais atividades envolvem exposição constante a poeira, graxa, intempéries, contato com equipamentos e esforço físico, fatores que contribuem para o desgaste acelerado dos uniformes, justificando a necessidade de reposições periódicas em razão do uso contínuo.

A aquisição de uniformes adequados visa proporcionar maior organização, segurança e identificação dos servidores perante a população, além de contribuir para melhores condições de higiene, proteção e conforto no exercício das atividades laborais. Tal medida também fortalece a imagem institucional da Administração Pública, promovendo maior profissionalismo na prestação dos serviços.

Sob o aspecto da economicidade, a contratação por meio de regular procedimento licitatório permitirá a obtenção de proposta mais vantajosa, assegurando qualidade dos materiais, durabilidade das peças e melhor controle dos gastos públicos, evitando aquisições emergenciais e custos excessivos decorrentes de compras fragmentadas.

Neste contexto, o presente Termo de Referência tem como objetivo estabelecer uma contratação que atenda ao interesse público de forma eficaz, transparente e planejada, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

Diante do exposto, justifica-se a necessidade da contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes, objeto deste Termo de Referência, a fim de assegurar a continuidade, a regularidade e a eficiência das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Os quantitativos estimados visam atender às demandas pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Considerando todo o exposto, justifica-se a realização do competente procedimento licitatório, a fim de garantir a execução eficiente das atividades rotineiras desenvolvidas por esta Secretaria, assegurando melhores condições de trabalho aos servidores e qualidade na prestação dos serviços à população.

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A aquisição de uniformes visa atender às demandas operacionais diárias da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Administração, Agricultura e Desenvolvimento Econômico, Finanças e Meio Ambiente fornecendo aos servidores vestimentas adequadas à continuidade, segurança e eficiência dos serviços executados em vias e espaços públicos do Município.

A aquisição será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurando amparo legal, economicidade e eficiência ao processo de contratação, além de possibilitar o atendimento gradual das necessidades da Administração, conforme a demanda efetiva e a disponibilidade orçamentária.

Com base no histórico de consumo e no planejamento das atividades desenvolvidas por esta Administração, estima-se a utilização de aproximadamente 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados em cada lote durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

A entrega dos uniformes deverá seguir as especificações técnicas definidas no Termo de Referência, observando-se as orientações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. As solicitações de fornecimento serão formalizadas por meio de Autorização de Fornecimento (AF), encaminhada eletronicamente por e-mail à empresa contratada, permitindo adequado controle e acompanhamento das entregas.

Caberá à empresa contratada garantir a entrega dos uniformes nos prazos e locais indicados em cada Autorização de Fornecimento, mantendo condições adequadas de transporte, armazenamento e manuseio dos produtos até a efetiva entrega ao órgão requisitante.

O recebimento dos bens será realizado por servidor designado pela Administração, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando as seguintes etapas:

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

• **Recebimento provisório**, no ato da entrega, mediante conferência física e documental;

• **Recebimento definitivo**, após a verificação da conformidade técnica e quantitativa dos uniformes, formalizado por meio de Termo de Recebimento Definitivo.

A eventual constatação de inconformidades, defeitos de fabricação ou divergências nas características exigidas implicará a notificação da empresa contratada para substituição imediata dos itens, conforme estabelecido no Termo de Referência, sem prejuízo das demais responsabilidades contratuais.

Além disso, a contratada deverá assegurar que os uniformes fornecidos estejam acompanhados de garantia mínima contra defeitos de fabricação, de acordo com as condições estabelecidas no edital e no Termo de Referência, possibilitando a substituição de itens com falhas de costura, tecido, acabamento, bordado, estampa ou qualquer outro componente que comprometa a qualidade e a durabilidade do material. Essa exigência visa preservar a vida útil dos uniformes, reduzir custos futuros com reposições e garantir condições adequadas às atividades operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Dessa forma, a solução proposta garante o fornecimento controlado, eficiente e seguro dos uniformes necessários às equipes da Secretaria, promovendo eficiência administrativa, sustentabilidade da contratação e melhores condições de trabalho aos servidores operacionais.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

CONSTITUEM REQUISITOS DESTA CONTRATAÇÃO:

O valor de cada item deverá incluir todas as despesas ordinárias, diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, tais como tributos, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, frete, transporte, carga, descarga,

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

embalagens, taxa de administração e quaisquer outros custos necessários ao pleno cumprimento do objeto da contratação.

Ficará sob responsabilidade da empresa vencedora do certame todos os custos relacionados à entrega dos produtos na Rua João Batista de Araújo, nº 83, Bairro Amâncio Pimenta, Afonso Cláudio/ES, sede da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

Os uniformes deverão ser fornecidos em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, observando critérios mínimos de qualidade, resistência, durabilidade, acabamento, conforto térmico, ergonomia, padronização visual e adequação às atividades desempenhadas pelos servidores.

Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, identificados por item e tamanho, em perfeitas condições de uso e fabricação.

A contratada deverá assegurar garantia mínima contra defeitos de fabricação, abrangendo tecidos, costuras, aviamentos, estampas, bordados, faixas refletivas e demais componentes utilizados na confecção dos uniformes, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Demais especificações deverão observar integralmente as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo características técnicas, prazos de entrega, garantia, substituição e obrigações complementares da contratada.

REQUISITOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES

AMOSTRA E FICHA TÉCNICA

A Administração poderá solicitar da empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar catálogo, folder técnico ou ficha técnica dos produtos ofertados, com a finalidade

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

de verificar a compatibilidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

Caso a análise da documentação técnica apresentada não seja suficiente para conclusão da avaliação, poderá ser exigida amostra física do produto ofertado, a fim de comprovar a conformidade com as especificações exigidas, incluindo tecido, costura, resistência, tonalidade das cores, acabamento, medidas, conforto, identificação visual e demais características técnicas pertinentes.

A empresa convocada deverá apresentar a documentação técnica ou amostra solicitada no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação formal da Administração, sob pena de desclassificação da proposta, salvo justificativa devidamente aceita pela Administração.

As amostras poderão ser analisadas pela equipe técnica responsável, que verificará o atendimento às especificações mínimas exigidas neste Termo de Referência.

NORMAS TÉCNICAS

Os uniformes deverão atender às normas técnicas aplicáveis, tais como padrões da ABNT referentes a durabilidade, resistência, ergonomia, conforto térmico e segurança. Quando aplicável, devem atender recomendações de uso para atividades operacionais externas.

SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA

O fornecimento dos uniformes poderá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da unidade gestora, mediante emissão de Autorização de Fornecimento.

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

O fornecimento dos uniformes ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, não caracterizando fracionamento indevido de despesa, mas apenas entrega sob demanda do quantitativo total estimado.

CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

Quando houver necessidade do objeto, a empresa será convocada para receber a Autorização de Fornecimento, devendo confirmar seu recebimento no prazo de até 01 (um) dia útil.

A Administração poderá prorrogar o prazo acima por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, desde que solicitado formalmente pela empresa durante o seu transcurso e devidamente justificado, ficando a aceitação condicionada à anuência da Administração.

PRAZO E LOCAL DA ENTREGA:

A Contratada deverá efetuar a entrega dos uniformes no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, salvo situações excepcionais devidamente justificadas pela empresa e aceitas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Os uniformes deverão ser entregues na Rua João Batista Araújo, nº 83, Bairro Amâncio Pimenta, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos no Município de Afonso Cláudio/ES, no horário das 07h00 às 16h00, em dias úteis devendo a empresa ganhadora, se responsabilizar pelo acompanhamento dos feriados federais, estaduais, municipais e pontos facultativos decretados pela administração pública.

Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, identificados por item, tamanho e quantitativo, em perfeitas condições de uso, observando rigorosamente as especificações constantes no Termo de Referência

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

AMOSTRA, GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSITÊNCIA TÉCNICA

A Administração poderá solicitar da empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar catálogo, folder técnico ou amostra física dos produtos ofertados, com a finalidade de verificar a compatibilidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

Caso a análise do catálogo ou folder técnico não seja suficiente para a conclusão da avaliação, poderá ser exigida amostra física do produto a ser adquirido, a fim de comprovar a conformidade com as especificações exigidas, incluindo tecido, costura, resistência, tonalidade das cores, acabamento, medidas e identificação visual.

A solicitação será formalmente encaminhada pela Administração, iniciando-se a contagem do prazo a partir da ciência da empresa, por meio eletrônico, publicação no sistema ou outro meio oficialmente admitido.

A empresa convocada deverá apresentar a amostra solicitada no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da ciência da solicitação, sob pena de desclassificação da proposta, salvo justificativa devidamente aceita pela Administração.

As amostras apresentadas serão analisadas pela equipe técnica responsável, que verificará os critérios mínimos de qualidade e conformidade previstos neste Termo de Referência.

Caso a amostra apresentada não atenda às exigências mínimas estabelecidas, a proposta da empresa será desclassificada para o respectivo item ou lote, podendo a Administração convocar a empresa subsequente, obedecida a ordem de classificação, para apresentação de nova amostra, repetindo-se o procedimento até que seja identificada proposta compatível com as necessidades da Administração.

Aplica-se aos produtos fornecidos o prazo de garantia legal previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Caso os uniformes apresentem defeitos de fabricação, vícios de qualidade, divergência de tamanho, cor ou qualquer desconformidade com as especificações exigidas, a empresa contratada deverá proceder à substituição dos itens no prazo máximo de até 25 (vinte e cinco) dias úteis, contados da notificação formal emitida pela Secretaria competente.

Durante o prazo de garantia, todas as despesas relativas à substituição dos produtos, inclusive transporte, frete e demais custos relacionados, correrão integralmente por conta da Contratada.

O recebimento definitivo ficará condicionado à verificação da conformidade dos uniformes pelo Fiscal do Contrato designado, que poderá recusar, total ou parcialmente, os itens que não estiverem em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

A aprovação da amostra não exclui a responsabilidade da contratada quanto ao fornecimento definitivo dos produtos em conformidade com todas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

O fiscal de contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal de contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal de contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal de contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato

O fiscal de contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

O fiscal de contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal de contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

O fiscal de contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Provisoriamente, no ato da entrega dos uniformes, para posterior verificação pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando constatado o cumprimento das exigências de caráter técnico e das especificações previstas neste Termo de Referência;

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Definitivamente, no prazo de cinco dias a contar do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento integral das exigências contratuais;

Os uniformes fornecidos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com o contrato, ordem de serviço ou autorização de fornecimento;

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez, adequação, qualidade e segurança dos uniformes, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

No caso de os uniformes serem entregues em desconformidade, a Contratada será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou substituição das peças, em até dois dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo, sem prejuízo das sanções cabíveis que vierem a ser aplicadas;

No caso de controvérsia sobre a execução do fornecimento, quanto à quantidade, qualidade ou especificações técnicas dos uniformes, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa do fornecimento, para efeito de liquidação e pagamento;

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na entrega ou substituição de uniformes, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para fins do recebimento definitivo;

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela qualidade, durabilidade, adequação e segurança dos uniformes, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 20 (vinte dias) para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o objeto; o número do processo que originou a contratação; número do contrato; número da Autorização de Fornecimento; e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, está ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

À situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, ou excepcionalmente por cheque administrativo.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Decorrido o prazo indicado do pagamento, desde que a contratada concorrido de alguma forma, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

VM = VF 6/100 X ND/ 360

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por LOTE.

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Considerando a natureza do objeto, verifica-se tratar de fornecimento homogêneo, padronizado e perfeitamente mensurável, cujo interesse público reside na entrega do conjunto completo de uniformes em conformidade com as exigências técnicas estabelecidas, e não na contratação isolada de cada item.

Dessa forma, a adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote mostra-se mais vantajosa à Administração, na medida em que:

- Favorece a economicidade, ao permitir que os licitantes otimizem seus custos produtivos e logísticos de forma integrada;
- Reduz o risco de desequilíbrios contratuais decorrentes de variações artificiais entre preços unitários;
- Simplifica a gestão e fiscalização contratual, ao concentrar o fornecimento em um único adjudicatário por lote;
- Evita a fragmentação do objeto, assegurando maior uniformidade de qualidade, acabamento, modelagem, cores, tecidos e identidade visual institucional entre as peças fornecidas.

O agrupamento dos itens em lote também busca garantir padronização estética e funcional dos uniformes utilizados pelos servidores municipais, evitando divergências entre peças confeccionadas por diferentes fabricantes, além de proporcionar maior eficiência no controle administrativo e na fiscalização da execução contratual.

Ressalta-se que os quantitativos se encontram previamente definidos, não havendo previsão de variações significativas durante a execução contratual, circunstância que reforça a adequação da adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote no presente caso.

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Adicionalmente, embora o julgamento ocorra pelo menor preço por lote, a Administração manterá planilha interna contendo os preços unitários estimados para fins de controle, análise de exequibilidade, gestão contratual e eventual necessidade de acréscimos ou supressões quantitativas, em observância aos princípios do planejamento, transparência e controle administrativo.

A escolha do critério de julgamento pelo menor preço por lote encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, que confere à Administração a prerrogativa de definir o critério mais vantajoso ao atendimento do interesse público, desde que devidamente motivado e compatível com a natureza do objeto, condição observada no presente procedimento.

Diante do exposto, conclui-se que a adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote mostra-se técnica e juridicamente adequada, alinhando-se aos princípios da economicidade, eficiência, isonomia, padronização e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Após a conclusão do certame e homologação da Ata de Registro de Preços, as aquisições serão realizadas de forma parcelada, conforme as demandas da Secretaria requisitante e disponibilidade orçamentária da Administração Municipal

Exigências de habilitação e Qualificação Econômico-Financeira

As exigências de habilitação e Qualificação Econômico-Financeira serão descriminadas em edital.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste município, na dotação abaixo discriminada:

012 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERCIÇOS URBANOS

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERCIÇOS URBANOS

PROJETO/ATIVIDADE: 1201.1512200152.109 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

ELEMENTO DE DESPESA: 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

FICHA: 661

FONTE DE RECURSO: X500

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

PROJETO ATIVIDADE - 0701.0412200152.038 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

ELEMENTO DE DESPESA - 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

FICHA 273

FONTE RECURSO: X500

011 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

PROJETO/ATIVIDADE: 1101.2012200152.104 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

ELEMENTO DE DESPESA: 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

FICHA: 623

FONTE DE RECURSO: 150000000000 – RECURSOS PRÓPRIOS

08 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

PROJETO/ATIVIDADE: 0801.0412300172.046 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE FINANÇAS.

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ELEMENTO DE DESPESA: 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

FICHA: 313

FONTE DE RECURSO: 150000000000 – RECURSOS PRÓPRIOS.

013 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01- SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

PROJETO/ATIVIDADE: 1301.0412200142.094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

ELEMENTO DE DESPESA: 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA: 755

FONTE DE RECURSO: 150000000000

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação com base na pesquisa de preço realizada é de R$ 426.825,97(Quatrocentos e vinte e seis mil, oitocentos e vinte e cinco reais e noventa e sete centavos), realizado com base no levantamento do mercado.

O critério de definição de preços é a média dos valores obtidos, nas cotações e consultas de preço. Dessa forma, conclui-se que o mercado dispõe de quantidade suficiente de fornecedores habilitados, garantindo ampla competitividade e segurança na estimativa de custos, atendendo aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

12. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS:

CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) Fornecer o objeto de acordo com a solicitação da CONTRATANTE, no prazo estabelecido.

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

b) Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

d) Atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da contratação no limite do quantitativo registrado.

e) Manter, durante toda a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento, bem como no edital.

f) Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções no prazo estabelecido neste instrumento.

g) Comunicar, por escrito (via e-mail), a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento da entrega/contratação, prestar os esclarecimentos e comprometer-se com novos prazos que julgar necessários à CONTRATANTE em até dois dias úteis.

h) Não transferir a terceiros, por qualquer forma nem mesmo parcialmente, as obrigações da contratação sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

i) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízo que vier causar à CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da má qualidade do produto.

j) Fornecer os objetos fielmente, de acordo com especificações deste documento, não sendo admitidas quaisquer alterações sem prévio conhecimento e aprovação por parte da CONTRATANTE.

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

k) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, embalagem, descarga taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, transporte, custos, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da contratação.

l) Participar, com representante credenciado em nome da empresa CONTRATADA, de todas as reuniões e outras atividades de coordenação, planejamento, acompanhamento e avaliação que venham a ser convocadas pela CONTRATANTE.

CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

a) Zelar para que durante toda a vigência do contrato/ata de registro de preços sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

b) Fiscalizar, através do Fiscal e Gestor do Contrato, o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA.

c) Não receber os objetos dissonantes das especificações contidas neste Termo de Referência, no Edital ou na Ata de Registro de Preços.

d) Atestar os objetos recebidos, bem como sua nota fiscal.

e) Notificar o fornecedor registrado sobre eventuais atrasos na entrega dos e/ou descumprimento de cláusulas previstas neste Termo de Referência.

f) Aplicar ao fornecedor registrado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

g) Prestar esclarecimentos necessários, atinentes ao objeto desta contratação, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

h) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e Edital.

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

i) Proceder ao pagamento à contratada após atesto do Fiscal do Contrato na nota fiscal/fatura, nas condições estabelecidas no contrato.

j) Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais, resguardada a defesa prévia.

k) Notificar a contratada sobre falhas e defeitos observados na execução, bem como possíveis irregularidades que venham a ser observadas, ficando assegurado ao contratante o direito de ordenar a suspensão da aquisição

13. SANÇÕES

I. A Licitante/contratada que cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 14.133/2021, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. **Advertência**, nos casos de inexecução parcial que não acarretem prejuízos significativos para a Administração.

b. **Multas,** poderão ser aplicadas nas seguintes situações e percentuais:

c. **Multa de mora**: Por ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto, contemplado na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço/Contrato, sem motivo justificado, no percentual de 0,2 % (dois décimos por cento) ao dia, sobre o valor da parcela descumprida.

II. Multa compensatória: No percentual de 0,5 % a 30%, da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço/contrato. Nas seguintes hipóteses, sobre a parcela descumprida:

a. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b. Dar causa à inexecução total do contrato;

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

c. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

d. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

e. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

f. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

III. **13.1.2.3 - As penalidades de multa a serem aplicadas nas infrações que forem praticadas durante o procedimento licitatório, será de 0,5 % a 30%, sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante. Nas seguintes situações:**

a. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c. Não celebrar o contrato, ou não retirar o instrumento que o substitui, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

e. Fraudar a licitação;

f. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

g. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

h. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

IV. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Afonso Cláudio, pelo prazo máximo de 03 (três) anos nas seguintes situações:

a. Por ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto, contemplado na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, sem motivo justificado, superior a 20 (vinte) dias, sem motivo justificado;

b. Dar causa à inexecução parcial ou em desconformidade da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviços/Contrato, que cause grave prejuízo a Administração, aos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c. Dar causa à inexecução total da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviços/Contrato;

d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V. 13.1.4 - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três anos) e máximo de 06 (seis anos), nas seguintes situações:

a. Apresentar declaração ou documento falso, ou prestar declaração falsa durante o procedimento licitatório ou a execução do contrato.

b. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

c. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

d. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

e. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

As Sanções de advertência, impedimento de licitar ou contratar e declaração de inidoneidade, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada casa haja ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados que porventura vier a causar à Administração Pública.

As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando os procedimentos previstos no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 da Lei n° 14.133/2021.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os preços serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, a partir de quando poderá ser concedido reajuste, com base no índice IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado ou outro índice que vier a ser substituído, desde que devidamente comprovado e aceito pela Administração.

Outras disposições poderão ser acrescentadas no instrumento convocatório.

Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas e suprimidas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O termo em questão foi elaborado pelo Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Afonso Cláudio, **22 de julho de 2026**.

GUSTAVO RODRIGUES PIMENTA
SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

Aprovo, em 22 de julho de 2026.

IVANIO DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PAULO HENRIQUE PAGOTTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDMILSON DIAS DE SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PAULO JOAQUIM CANDIDO SIEBERT
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

HELVÉCIO PAGANINI MAIOLI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

LEVANTAMENTO DAS QUANTIDADES DAS SECRETARIAS PARTICIPANTE

ITEM	CATMAT	NOME	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	OBRAS		ADMINISTRAÇÃO		AGRICULTURA		FINANÇAS		MEIO AMBIENTE	
					QUANTIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA A SER ADQUIRIDA	QUANTIDADE	QUANTIDADE DE MÍNIMA A SER ADQUIRIDA	QUANTIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA A SER ADQUIRIDA	QUANTIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA A SER ADQUIRIDA	QUANTIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA A SER ADQUIRIDA
1.	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	BONÉ ÁRABE – LARANJA	BONÉ ÁRABE CONFECCIONADO EM BRIM, SEM FECHAMENTO EM VELCRO, COM AJUSTE AO USUÁRIO, COM PINTURA OU SILK CONTENDO OS DIZERES "PMAC" E O BRASÃO DO MUNICÍPIO. DEVERÁ PROTEGER CONTRA RAIOS SOLARES E SER NA COR LARANJA VIBRANTE.	UNIDADE	520	208	0	0	0	0	0	0	0	0

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

2.	**JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19**	**CAMISA MASCULINA – LARANJA**	**CAMISA MASCULINA CONFECCIONADA EM MALHA PV, NA COR LARANJA VIBRANTE, MODELO GOLA NORMAL, MANGA CURTA COM BAINHA. POSSUI FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM), APLICADA NAS BORDAS DAS MANGAS E AO REDOR DA CINTURA. APRESENTA 01 (UM) BOLSO CHAPADO NA PARTE FRONTAL. CONTA COM ABERTURA EM FAIXA NA PARTE TRASEIRA, PROPORCIONANDO MAIOR VENTILAÇÃO E CONFORTO TÉRMICO. POSSUI SILK NO BOLSO SUPERIOR, CENTRALIZADO, CONTENDO O BRASÃO MUNICIPAL E A INSCRIÇÃO "PMAC". NAS COSTAS, SILK SUPERIOR CENTRALIZADO COM A INSCRIÇÃO "SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS". DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG, XG E EXG.**	**UNIDADE**	**520**	**208**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

3.	JUSTIFICADO A AUSÊNCANO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	CALÇA MASCULINA – LARANJA	CALÇA CONFECCIONADA EM TECIDO BRIM, NA COR LARANJA VIBRANTE, COM ELÁSTICO NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, FECHO FRONTAL EM ZÍPER E BOTÃO. POSSUI DOIS BOLSOS NA PARTE FRONTAL E DOIS BOLSOS NA PARTE TRASEIRA. APRESENTA FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM), APLICADAS NA ALTURA DA MEIA CANELA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52 E 54.	UNIDADE	520	208	0	0	0	0	0	0	0	0

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

4.	**JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19**	**CAMISA MASCULINA – VIGIA**	**CAMISA GOLA NORMAL EM MALHA PV, ANTI PILLING, NA COR CINZA CLARO, COM BOLSO NO LADO ESQUERDO CONTENDO BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E A INSCRIÇÃO "PMAC - PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO". NAS COSTAS, SILK SUPERIOR CENTRALIZADO COM A INSCRIÇÃO "SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS" E, ABAIXO, "VIGIA". DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG E G1.**	**UNIDADE**	**25**	**10**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

5.	**JUSTIFICADO A AUSÊNCIA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19**	**CAMISA MASCULINA – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**	**CAMISA GOLA NORMAL EM MALHA PV, ANTI PILLING, NA COR CINZA CLARO, COM BOLSO NO LADO ESQUERDO CONTENDO BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E A INSCRIÇÃO "PMAC - PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO". NAS COSTAS, SILK SUPERIOR CENTRALIZADO COM A INSCRIÇÃO "SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS". DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG E G1.**	**UNIDADE**	**60**	**24**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

6.	**JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19**	**JALECO BRIM – AZUL MARINHO**	**JALECO EM BRIM MASCULINO, NA COR AZUL-MARINHO, MODELO COM GOLA, ABERTURA FRONTAL COM ABOTOAMENTO EXTERNO, MANGA CURTA COM BAINHA. POSSUI FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM) NAS BORDAS DAS MANGAS E AO REDOR DA CINTURA. APRESENTA 01 (UM) BOLSO CHAPADO NA FRENTE. CONTA COM ABERTURA EM FAIXA NA PARTE TRASEIRA. POSSUI SILK NO BOLSO SUPERIOR, CENTRALIZADO, CONTENDO O BRASÃO MUNICIPAL E A INSCRIÇÃO "PMAC". NAS COSTAS, SILK SUPERIOR CENTRALIZADO COM A INSCRIÇÃO "SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS" E, LOGO ABAIXO, SILK COM A INSCRIÇÃO "MECÂNICO". DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG, XG E EXG.**	**UNIDADE**	**32**	**13**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

7.	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	CAMISA MASCULINA – AZUL MARINHO	CAMISA MASCULINA CONFECCIONADA EM MALHA PV, NA COR AZUL-MARINHO, MODELO GOLA NORMAL, MANGA CURTA COM BAINHA. POSSUI FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM), APLICADA NAS BORDAS DAS MANGAS E AO REDOR DA CINTURA. APRESENTA 01 (UM) BOLSO CHAPADO NA PARTE FRONTAL. CONTA COM ABERTURA EM FAIXA NA PARTE TRASEIRA, PROPORCIONANDO MAIOR VENTILAÇÃO E CONFORTO TÉRMICO. POSSUI SILK NO BOLSO SUPERIOR, CENTRALIZADO, CONTENDO O BRASÃO MUNICIPAL E A INSCRIÇÃO "PMAC". NAS COSTAS, SILK SUPERIOR CENTRALIZADO COM A INSCRIÇÃO "SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS". DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG, XG E EXG.	UNIDADE	32	13	0	0	0	0	0	0	0	0

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

8.	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	CALÇA MASCULINA – AZUL MARINHO	CALÇA CONFECCIONADA EM TECIDO BRIM, NA COR AZUL-MARINHO, COM ELÁSTICO NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, FECHO FRONTAL EM ZÍPER E BOTÃO. POSSUI DOIS BOLSOS NA PARTE FRONTAL E DOIS BOLSOS NA PARTE TRASEIRA. APRESENTA FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM), APLICADAS NA ALTURA DA MEIA CANELA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52 E 54.	UNIDADE	520	208	0	0	0	0	0	0	0	0

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

9.	**JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19**	**CAMISA MASCULINA – AZUL ROYAL**	**CAMISA MASCULINA CONFECCIONADA EM MALHA PV, NA COR AZUL-ROYAL, MODELO GOLA NORMAL, MANGA CURTA COM BAINHA. POSSUI FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM), APLICADA NAS BORDAS DAS MANGAS E AO REDOR DA CINTURA. APRESENTA 01 (UM) BOLSO CHAPADO NA PARTE FRONTAL. CONTA COM ABERTURA EM FAIXA NA PARTE TRASEIRA, PROPORCIONANDO MAIOR VENTILAÇÃO E CONFORTO TÉRMICO. POSSUI SILK NO BOLSO SUPERIOR, CENTRALIZADO, CONTENDO O BRASÃO MUNICIPAL E A INSCRIÇÃO "PMAC". NAS COSTAS, SILK SUPERIOR CENTRALIZADO COM A INSCRIÇÃO "SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS". DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG, XG E EXG.**	**UNIDADE**	**520**	**208**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

10.	**JUSTIFICADO A AUSÊNCIA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19**	**CALÇA MASCULINA – AZUL ROYAL**	**CALÇA CONFECCIONADA EM TECIDO BRIM, NA COR AZUL-ROYAL, COM ELÁSTICO NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, FECHO FRONTAL EM ZÍPER E BOTÃO. POSSUI DOIS BOLSOS NA PARTE FRONTAL E DOIS BOLSOS NA PARTE TRASEIRA. APRESENTA FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM), APLICADAS NA ALTURA DA MEIA CANELA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52 E 54.**	**UNIDADE**	**520**	**208**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
11.	**JUSTIFICADO A AUSÊNCIA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19**	**CALÇA JEANS NA COR ESCURA**	**CALÇA JEANS, LAVAGEM AMACIADA, NA COR JEANS ESCURO (PRETO), COM DOIS BOLSOS NA PARTE TRASEIRA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46 E 48.**	**UNIDADE**	**85**	**34**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

12.	**JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19**	**CAMISA POLO – CINZA CLARO**	**CAMISA TIPO POLO, UNISSEX, CONFECCIONADA EM MALHA PIQUET PA (POLIÉSTER COM ALGODÃO), TIPO "PA MAX" OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, NA COR CINZA CLARO OU PRETO (A SER DEFINIDA PELA ADMINISTRAÇÃO NO MOMENTO DA SOLICITAÇÃO), GOLA TIPO POLO COM LISTRA VERMELHA, COLARINHO ESTRUTURADO E FECHAMENTO FRONTAL COM 2 (DOIS) OU 3 (TRÊS) BOTÕES, MANGAS CURTAS, COM BOLSO LOCALIZADO NO LADO ESQUERDO DO PEITO. NO BOLSO (LADO ESQUERDO), DEVERÁ CONTER BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E, LOGO ABAIXO, A INSCRIÇÃO EM CAIXA ALTA "SECFIN". O BORDADO DEVERÁ APRESENTAR ALTA DEFINIÇÃO, RESISTÊNCIA E ACABAMENTO PROFISSIONAL, SEM FALHAS OU DESALINHAMENTOS. TAMANHOS VARIADOS: PP, P, M, G, GG E EXG, CONFORME DEMANDA.**	**UNIDADE**	**60**	**24**	**80**	**20**	**70**	**14**	**60**	**60**	**70**	**30**

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

13.	**JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19**	**CAMISA POLO – COR PRETA**	**CAMISA TIPO POLO, UNISSEX – (FISCALIZAÇÃO), CONFECCIONADA EM MALHA PIQUET PA (POLIÉSTER COM ALGODÃO), TIPO "PA MAX" OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, NA COR PRETA, GOLA TIPO POLO COM LISTRA VERMELHA, COLARINHO ESTRUTURADO E FECHAMENTO FRONTAL COM 2 (DOIS) OU 3 (TRÊS) BOTÕES, MANGAS CURTAS, COM BOLSO LOCALIZADO NO LADO ESQUERDO DO PEITO. NO BOLSO (LADO ESQUERDO), DEVERÁ CONTER BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E, LOGO ABAIXO, A INSCRIÇÃO EM CAIXA ALTA "SECFIN - FISCALIZAÇÃO". O BORDADO DEVERÁ APRESENTAR ALTA DEFINIÇÃO, RESISTÊNCIA E ACABAMENTO PROFISSIONAL, SEM FALHAS OU DESALINHAMENTOS. NAS COSTAS, DEVERÁ CONTER A INSCRIÇÃO "FISCALIZAÇÃO", EM SILK SCREEN DE ALTA RESISTÊNCIA, ADEQUADO PARA USO EM CONDIÇÕES SEVERAS. TAMANHOS VARIADOS: PP, P, M, G, GG E EXG, CONFORME DEMANDA.**	**UNIDADE**	**50**	**20**	**0**	**0**	**70**	**14**	**50**	**50**	**70**	**30**

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

14.	**JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19**	**CAMISA SOCIAL CLÁSSICA – MASCULINA**	**CAMISA SOCIAL CLÁSSICA MASCULINA, CONFECCIONADA EM TECIDO TRICOLINE MISTO (MÍNIMO DE 60% ALGODÃO E 40% POLIÉSTER), NA COR CINZA CLARO, MODELO DE MANGA LONGA COM PUNHOS ABOTOADOS E CARCELA, GOLA/COLARINHO MODELO CLÁSSICO ENTRETELADO PARA MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA RÍGIDA, COM PESPONTO FINO E FECHAMENTO POR BOTÕES. ABOTOAMENTO FRONTAL APARENTE, COM BOTÕES DE POLIAMIDA OU POLIÉSTER, RESISTENTES A ALTAS TEMPERATURAS, NA MESMA COR DO TECIDO. COSTAS COM PALA DUPLA E PREGA MACHO CENTRAL OU DUAS PREGAS LATERAIS, PROPORCIONANDO MAIOR MOBILIDADE DOS BRAÇOS. ACABAMENTO INTERNO COM COSTURAS EM MÁQUINA OVERLOQUE OU COSTURA FRANCESA/INGLESA, A FIM DE EVITAR DESFIAMENTO E GARANTIR CONFORTO. COM BOLSO LOCALIZADO NO LADO ESQUERDO DO PEITO. NO BOLSO (LADO ESQUERDO), DEVERÁ CONTER BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E, LOGO ABAIXO, A INSCRIÇÃO EM CAIXA ALTA DE ACORDO COM A SECRETARIA SOLICITANTE. O BORDADO DEVERÁ APRESENTAR ALTA DEFINIÇÃO, RESISTÊNCIA E ACABAMENTO PROFISSIONAL, SEM FALHAS OU DESALINHAMENTOS. NA MANGA ESQUERDA, DEVERÁ CONTER BORDADO DA BANDEIRA NACIONAL. TAMANHOS VARIADOS: PP, P, M, G, GG E EXG, CONFORME DEMANDA.**	**UNIDADE**	**40**	**16**	**75**	**25**	**40**	**12**	**40**	**40**	**70**	**30**

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

15.	JUSTIFICADO A AUSÊNCA NO ANEXO II DO ETP. CONF. § 2º DO ART. 19	CAMISA SOCIAL CLÁSSICA FEMINANA	BLUSA SOCIAL CLÁSSICA FEMININA, MODELO TIPO BABY LOOK OU SLIM, COM PENCES (PINÇAS) FRONTAIS E NAS COSTAS PARA AJUSTE ANATÔMICO NA REGIÃO DA CINTURA E DO BUSTO, CONFECCIONADA EM TECIDO TRICOLINE MISTO (MÍNIMO DE 65% POLIÉSTER E 35% ALGODÃO), COM GRAMATURA ENTRE 105 G/M² E 120 G/M², NA COR CINZA CLARO. MANGA CURTA, COM COMPRIMENTO MÉDIO ATÉ A METADE DO BÍCEPS, COM ACABAMENTO EM BAINHA SIMPLES OU COM DETALHE DE VIRA (PUNHO FALSO) DE APROXIMADAMENTE 2 CM. GOLA/COLARINHO MODELO CLÁSSICO (ESPORTE), COM ENTRETELA LEVE PARA MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA SEM CAUSAR DESCONFORTO. ABOTOAMENTO FRONTAL COM BOTÕES DE POLIÉSTER, PEQUENOS, RESISTENTES E NA MESMA COR DO TECIDO, DISPOSTOS DE FORMA A EVITAR ABERTURAS ACIDENTAIS NA REGIÃO DO BUSTO. BARRA COM FENDAS LATERAIS DISCRETAS. COSTURAS COM FECHAMENTO LATERAL EM MÁQUINA BITOLA (DUAS AGULHAS) OU OVERLOQUE PONTO CADEIA. NO LADO ESQUERDO DO PEITO, DEVERÁ CONTER BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E, LOGO ABAIXO, A INSCRIÇÃO EM CAIXA ALTA DE ACORDO COM A SECRETARIA SOLICITANTE. O BORDADO DEVERÁ APRESENTAR ALTA DEFINIÇÃO, RESISTÊNCIA E ACABAMENTO PROFISSIONAL, SEM FALHAS OU DESALINHAMENTOS. TAMANHOS VARIADOS: PP, P, M E G, CONFORME DEMANDA.	UNIDADE	50	20	130	30	30	09	50	50	70	30

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Rua João Batista Araújo - Telefone (27) 3735-7721
CEP 29600-000 Afonso Cláudio/ ES obras@afonsoclaudio.es.gov.br

Autenticar documento em https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade
com o identificador 3400300036003800300037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

EDITAL
Nº000020/2026

ANEXO I - A

Lote	**00001 - LOTE 01**

Ítem	*Código*	*Especificação*	*EPP/ME*	*Unidade*	*Quantidade*	*Marca*	*Unitário*	*Valor Total*
001	00048492	BONÉ ARABE CONFECCIONADO EM BRIM - SEM FECHAMENTO EM VELCRO COM AJUSTES DO USUARIO, COM PINTURA OU SILK DO DIZER: PMAC E CONTER O BRAZÃO DO MUNICÍPIO, PROTEGE CONTRA RAIOS SOLARESE SER NA COR LARANJA VIBRANTE.	Não	UN	520,000		*50,04*	*26020,80*
002	00048498	CAMISA MASCULINO CONFECCIONADO EM MALHA PV, NA COR LARANJA VIBRANTE - MODELO GOLA NORMAL, MANGA CURTA COM BAINHA. POSSUI FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM) APLICADA NAS BORDAS DAS MANGAS E AO REDOR DA CINTURA APRESENTA 01 (UM) BOLSO CHAPADO NA PARTE FRONTAL. CONTA COM ABERTURA EM FAIXA NA PARTE TRASEIRA, PROPORCIONANDO MAIOR VENTILAÇÃO E CONFORTO TÉRMICO POSSUI SILK NO BOLSO SUPERIOR, CENTRALIZADO, CONTENDO O BRASÃO MUNICIPAL E A INSCRIÇÃO “PMAC”. NAS COSTAS, SILK SUPERIOR CENTRALIZADO COM A INSCRIÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG, XG, EXG	Não	UN	520,000		*71,23*	*37039,60*
003	00048499	CALÇA CONFECCIONADA EM TECIDO BRIM, NA COR LARANJA VIBRANTE - COM ELÁSTICO NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, FECHO FRONTAL EM ZÍPER E BOTÃO. POSSUI DOIS BOLSOS NA PARTE FRONTAL E DOIS BOLSOS NA PARTE TRASEIRA. APRESENTA FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM), APLICADAS NA ALTURA DE MEIA CANELA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52 E 54.	Não	UN	520,000		*104,66*	*54423,20*
							Valor Total R$	*117483,60*

Lote	**00002 - LOTE 02**

Ítem	*Código*	*Especificação*	*EPP/ME*	*Unidade*	*Quantidade*	*Marca*	*Unitário*	*Valor Total*
004	00048493	CAMISA GOLA NORMAL MALHA PV - ANTI PILLING - NA COR CINZA CLARO, BOLSO DO LADO ESQUERDO COM BORDADO COM BRASÃO DO MUNICIPIO DE AFONSO CLÁUDIO E ESCRITO ABAIXO PMAC - PREFEITURA MUNICPAL DE AFONSO CLÁUDIO, NAS CONSTAS, SKIL SUPERIOR CENTRALIZADA COM A INSCRIÇÃO SECRETARIA MUNCIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E ABAIXO VIGIA NOS TAMANHOS P, M, G, GG, G1	Sim	UN	25,000		*75,73*	*1893,25*

EDITAL
Nº000020/2026

ANEXO I - A

005	00048494	CAMISA GOLA NORMAL MALHA PV, ANTI PILLING - NA COR CINZA CLARO, BOLSO DO LADO ESQUERDO COM BORDADO COM BRASÃO DO MUNICIPIO DE AFONSO CLÁUDIO E ESCRITO ABAIXO “PMAC – PREFEITURA MUNICPAL DE AFONSO CLÁUDIO”, NAS CONSTAS, SKIL SUPERIOR CENTRALIZADA COM A INSCRIÇÃO “SECRETARIA MUNCIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS” NOS TAMANHOS P, M, G, GG, G1	Sim	UN	60,000		*76,47*	*4588,20*
						Valor Total R$	*6481,45*	

Lote	**00003 - LOTE 03**

Ítem	*Código*	*Especificação*	*EPP/ME*	*Unidade*	*Quantidade*	*Marca*	*Unitário*	*Valor Total*
006	00048495	JALECO BRIM MASCULINO NA COR AZUL- MARINHO - MODELO COM GOLA, ABERTURA FRONTAL COM ABOTOAMENTO EXTERNO, MANGA CURTA COM BAINHA. POSSUI FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA	Sim	UN	32,000		*100,71*	*3222,72*
007	00048496	CAMISA MASCULINA CONFECCIONADO EM MALHA PV, NA COR AZUL-MARINHO - NA COR AZUL-MARINHO, MODELO GOLA NORMAL, MANGA CURTA COM BAINHA. POSSUI FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM) APLICADA NAS BORDAS DAS MANGAS E AO REDOR DA CINTURA APRESENTA 01 (UM) BOLSO CHAPADO NA PARTE FRONTAL. CONTA COM ABERTURA EM FAIXA NA PARTE TRASEIRA, PROPORCIONANDO MAIOR VENTILAÇÃO E CONFORTO TÉRMICO POSSUI SILK NO BOLSO SUPERIOR, CENTRALIZADO, CONTENDO O BRASÃO MUNICIPAL E A INSCRIÇÃO “PMAC”. NAS COSTAS, SILK SUPERIOR CENTRALIZADO COM A INSCRIÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M, G, GG, XG, EXG	Sim	UN	32,000		*70,9*	*2268,80*
008	00048500	CALÇA CONFECCIONADA EM TECIDO BRIM, NA COR AZUL-MARINHO - COM ELÁSTICO NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, FECHO FRONTAL EM ZÍPER E BOTÃO. POSSUI DOIS BOLSOS NA PARTE FRONTAL E DOIS BOLSOS NA PARTE TRASEIRA. APRESENTA FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM), APLICADAS NA ALTURA DE MEIA, CANELA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52 E 54.	Sim	UN	520,000		*106,12*	*55182,40*
						Valor Total R$	*60673,92*	

EDITAL
Nº000020/2026

ANEXO I - A

Lote	**00004 - LOTE 04**

Ítem	Código	Especificação	EPP/ME	Unidade	Quantidade	Marca	Unitário	Valor Total
009	00048497	CAMISA MASCULINA CONFECCIONADO EM MALHA PV, NA COR AZUL-ROYAL - NA COR AZUL-ROYAL, MODELO GOLA NORMAL, MANGA CURTA COM BAINHA. POSSUI FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM) APLICADA NAS BORDAS DAS MANGAS E AO REDOR DA CINTURA APRESENTA 01 (UM) BOLSO CHAPADO NA PARTE FRONTAL. CONTA COM ABERTURA EM FAIXA NA PARTE TRASEIRA, PROPORCIONANDO MAIOR VENTILAÇÃO E CONFORTO TÉRMICO POSSUI SILK NO BOLSO SUPERIOR, CENTRALIZADO, CONTENDO O BRASÃO MUNICIPAL E A INSCRIÇÃO “PMAC”. NAS COSTAS, SILK	Não	UN	520,000		*73,72*	*38334,40*
010	00048501	CALÇA CONFECCIONADA EM TECIDO BRIM, NA COR AZUL-ROYAL - COM ELÁSTICO NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, FECHO FRONTAL EM ZÍPER E BOTÃO. POSSUI DOIS BOLSOS NA PARTE FRONTAL E DOIS BOLSOS NA PARTE TRASEIRA. APRESENTA FAIXA REFLETIVA VERDE (8 CM) COM SOBREPOSIÇÃO DE FAIXA REFLETIVA PRATA (5 CM), APLICADAS NA ALTURA DE MEIA CANELA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52 E 54.	Não	UN	520,000		*103,82*	*53986,40*
							Valor Total R$	*92320,80*

Lote	**00005 - LOTE 05**

Ítem	Código	Especificação	EPP/ME	Unidade	Quantidade	Marca	Unitário	Valor Total
011	00048502	CALÇA JEANS, LAVAGEM AMACIADO NA COR JEANS ESCURA (PRETA - COM DOIS BOLSOS NA PARTE DE TRÁS NOS TAMANHOS 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48.	Sim	UN	85,000		*126,87*	*10783,95*
							Valor Total R$	*10783,95*

Lote	**00006 - LOTE 06**

Ítem	Código	Especificação	EPP/ME	Unidade	Quantidade	Marca	Unitário	Valor Total
012	00048615	CAMISA TIPO POLO, UNISSEX, CONFECCIONADA EM MALHA PIQUET PA - TIPO “PA MAX” OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, NA COR CINZA CLARO OU PRETO (A SER DEFINIDA PELA ADMINISTRAÇÃO NO MOMENTO DA SOLICITAÇÃO), GOLA TIPO POLO COM LISTRA VERMELHA, COLARINHO ESTRUTURADO E FECHAMENTO FRONTAL COM 2 (DOIS) OU 3 (TRÊS) BOTÕES, MANGAS CURTAS, COM BOLSO LOCALIZADO NO LADO	Sim	UN	340,000		*110,98*	*37733,20*

		ESQUERDO DO PEITO. NO BOLSO (LADO ESQUERDO), DEVERÁ CONTER BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E, LOGO ABAIXO, A INSCRIÇÃO EM CAIXA ALTA SECFIN						
013	00048626	CAMISA TIPO POLO, UNISSEX - (FISCALIZAÇÃO) - CONFECCIONADA EM MALHA PIQUET PA (POLIÉSTER COM ALGODÃO) TIPO “PA MAX” OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, NA COR PRETO, GOLA TIPO POLO COM LISTRA VERMELHA, COLARINHO ESTRUTURADO E FECHAMENTO FRONTAL COM 2 (DOIS) OU 3 (TRÊS) BOTÕES, MANGAS CURTAS, COM BOLSO LOCALIZADO NO LADO ESQUERDO DO PEITO. NO BOLSO (LADO ESQUERDO), DEVERÁ CONTER BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E, LOGO ABAIXO, A INSCRIÇÃO EM CAIXA ALTA “SECFIN - FISCALIZAÇÃO”. O BORDADO DEVERÁ APRESENTAR ALTA DEFINIÇÃO, RESISTÊNCIA ACABAMENTO PROFISSIONAL, SEM FALHAS OU DESALINHAMENTOS. NAS COSTAS, DEVERÁ CONTER A INSCRIÇÃO “FISCALIZAÇÃO”, EM SILK SCREEN DE ALTA RESISTÊNCIA, ADEQUADO PARA USO EM CONDIÇÕES SEVERAS. TAMANHOS VARIADOS: PP, P, M, G, GG E EXG, CONFORME DEMANDA.	Sim	UN	240,000		*110,98*	*26635,20*

Valor Total R$	*64368,40*

Lote **00007 - LOTE 07**

Ítem	*Código*	*Especificação*	*EPP/ME*	*Unidade*	*Quantidade*	*Marca*	*Unitário*	*Valor Total*
014	00048627	CAMISA SOCIAL CLÁSSICA MASCULINA, CONFECCIONADA EM TECIDO TRICOLINE MISTO - (MÍNIMO 60% ALGODÃO E 40% POLIÉSTER), NA COR CINZA CLARO, MODELO DE MANGA LONGA COM PUNHOS ABOTOADOS E CARCELA, GOLA/ COLARINHO MODELO CLÁSSICO ENTRETELADO PARA MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA RÍGIDA, COM PESPONTO FINO E FECHAMENTO POR BOTÃO. ABOTOAMENTO FRONTAL APARENTE, COM BOTÕES DE POLIAMIDA OU POLIÉSTER RESISTENTES A ALTAS TEMPERATURAS, NA MESMA COR DO TECIDO. COSTAS COM PALA DUPLA E PREGA MACHO CENTRAL OU DUAS PREGAS LATERAIS, PROPORCIONANDO MAIOR MOBILIDADE DOS BRAÇOS. ACABAMENTO INTERNO COM COSTURAS EM MÁQUINA OVERLOQUE OU COSTURA FRANCESA/INGLESA, A FIM DE EVITAR DESFIAMENTO E	Sim	UN	265,000		*126*	*33390,00*

		GARANTIR CONFORTO. COM BOLSO LOCALIZADO NO LADO ESQUERDO DO PEITO. NO BOLSO (LADO ESQUERDO), DEVERÁ CONTER BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E, LOGO ABAIXO, A INSCRIÇÃO EM CAIXA ALTA “SECFIN”. O BORDADO DEVERÁ APRESENTAR ALTA DEFINIÇÃO, RESISTÊNCIA E ACABAMENTO PROFISSIONAL, SEM FALHAS OU DESALINHAMENTOS. NA MANGA ESQUERDA, DEVERÁ CONTER BORDADO DA BANDEIRA NACIONAL. TAMANHOS VARIADOS: PP, P, M, G, GG E EXG, CONFORME DEMANDA.						
015	00048628	BLUSA SOCIAL CLASSICA FEMININA, MODELO TIPO BABY LOOK OU SLIM, COM PENCES - (PINÇAS) FRONTAIS E NAS COSTAS PARA AJUSTE ANATÔMICO NA REGIÃO DA CINTURA E DO BUSTO, CONFECCIONADA EM TECIDO TRICOLINE MISTO (MÍNIMO DE 65% POLIÉSTER E 35% ALGODÃO), COM GRAMATURA ENTRE 105 G/M² E 120 G/M², NA COR CINZA CLARO. MANGA CURTA, COM COMPRIMENTO MÉDIO ATÉ A METADE DO BÍCEPS, COM ACABAMENTO EM BAINHA SIMPLES OU COM DETALHE DE VIRA (PUNHO FALSO) DE APROXIMADAMENTE 2 CM. GOLA/COLARINHO MODELO CLÁSSICO (ESPORTE), COM ENTRETELA LEVE PARA MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA SEM CAUSAR DESCONFORTO. ABOTOAMENTO FRONTAL COM BOTÕES DE POLIÉSTER, PEQUENOS, RESISTENTES E NA MESMA COR DO TECIDO, DISPOSTOS DE FORMA A EVITAR ABERTURAS ACIDENTAIS NA REGIÃO DO BUSTO. BARRA COM FENDAS LATERAIS DISCRETAS. COSTURAS COM FECHAMENTO LATERAL EM MÁQUINA BITOLA (DUAS AGULHAS) OU OVERLOQUE PONTO CADEIA. NO LADO ESQUERDO DO PEITO, DEVERÁ CONTER BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E, LOGO ABAIXO, A INSCRIÇÃO EM CAIXA ALTA “SECFIN”. O BORDADO DEVERÁ APRESENTAR ALTA DEFINIÇÃO, RESISTÊNCIA E ACABAMENTO PROFISSIONAL, SEM FALHAS OU DESALINHAMENTOS. TAMANHOS VARIADOS: PP, P, M E G, CONFORME DEMANDA	Sim	UN	335,000		*130,98*	*43878,30*
						Valor Total R$	*77268,30*	
						Valor Global R$	*429380,42*	